

A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria



Por **MÁRIO MAESTRI***

Comentário sobre o livro de Wanderson Chaves

O imperialismo e o identitarismo negro no Brasil

Em fins dos anos 1970, denunciava-se a penetração imperialista estadunidense no mundo das idéias e nas instituições acadêmicas no Brasil, apontando-se a Fundação Ford como a ponta de lança da operação. Porém, era pobre a informação sobre a dimensão, sentido e objetivos precisos daquela penetração. Em inícios dos anos 1980, no PPGH da UFRJ, a historiadora marxista Emilia Viotti da Costa, *en petit comité*, respondeu duramente a mestrandos que tachou de anti-americanismo primário aquela denúncia. Ela propôs ser abundante a informação existente nos arquivos dos USA e intensa a ação ianque.

Foi naquela época que cresceu o interesse imperialista pelo movimento negro brasileiro. Nos anos 1970 e 1980, o Movimento Negro Unificado e a luta anti-racista avançavam sob o influxo da ofensiva operária. Em 1979, “Ano Vermelho”, lutas sindicais e sociais eclodiram através do Brasil, golpeando duramente a ditadura. A seguir, fundavam-se o PT e a CUT, então aguerridos movimentos classistas. [MAESTRI, 2019:215-240.] Na época, dominavam no movimento negro tendências de esquerda revolucionária e jovens militantes plebeus. Eles lutavam contra o racismo e por melhorias universais para a população explorada afro-descendente, em aliança com mundo do trabalho. Era forte no movimento negro a orientação socialista revolucionária tendo como referência o Partido Pantera Negra, dos USA. [ABU-JAMAL, 2006.]

Pregando a guerra racial

Voltei em 1977, de seis anos de exílio, no início da dita “abertura lenta gradual e segura”, retomando à militância política. Por esses tempos, Abdias do Nascimento [1914-2011] desembarcara dos USA, onde dissera ter vivido como refugiado. Desconhecido na esquerda, dele se ficou sabendo que militara, ao lado de Plínio Salgado, até a extinção da Ação Integralista Brasileira pelo Estado Novo (1937-1945). Mal pôs o pé no Brasil, passou a disparar sobre a esquerda que tentava se reorganizar com dificuldade, com seus quadros que haviam sobrevida à repressão saindo da clandestinidade, da prisão, retornando do exílio.

Abdias do Nascimento passou a ser objeto de campanha promocional para transformá-lo em líder e intelectual negro magnífico. Então, a referência do movimento negro era Clóvis Moura [1925-2003], intelectual marxista com décadas de militância e valiosíssima produção sobre a história do Brasil, da escravidão, do racismo. Nos anos 1950, seu livro *Rebeliões da senzala: Quilombos, insurreições, guerrilhas* definiu em forma pioneira a centralidade do trabalhador escravizado e o caráter predominantemente escravista da sociedade brasileira pré-1888. [MOURA, 1959.] No passado se fez e se faz ainda silêncio sobre o significado dessa obra referencial.

Negros do Brasil, uni-vos contra os brancos

Em julho de 1980, Abdias do Nascimento publicou *O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista* [NASCIMENTO, 1980.] Publiquei na ocasião resenha sobre o livro no semanário paulista *Em Tempo*, assinalando suas incongruências e seu reacionarismo. [MAESTRI, 2018: 103-108.] O livro, de viés messiânico, era axiomático e revelava desconhecimento abismal sobre o passado e a sociedade brasileira, sobretudo quanto a questões fulcrais abordadas por historiadores marxistas referenciais como, entre outros, Benjamin Perret, Clóvis Moura, Emilia Viotti da Costa, Jacob Gorender.

A grande tese do livro era rasteira. O Brasil seria sociedade racial e não de classes. A oposição não era entre explorados e exploradores, entre capitalistas possuidores dos meios de produção e trabalhadores obrigados a vender sua força de trabalho. A contradição social estrutural era racial, entre negros e brancos. “O fator raça permanece, irredutivelmente, como fundamental contradição dentro da sociedade brasileira.” [NASCIMENTO, 1980: 17.]

O mundo seria dividido em dois blocos: os brancos exploradores e os negros explorados. Desaparecia a luta pela nacionalização e socialização dos grandes meios de produção, base do poder da opressão social, de seu exercício, de sua reprodução. Ou seja, da grande propriedade que passa do pai ao filho, mesmo quando a classificação racial do filho se modifica em relação ao pai. No passado escravista, em geral, de negros enriquecidos tiveram como herdeiros filhos mulatos e netos brancos.

Socialistas e marxista, todos racistas

A solução do problema social era delirante e simples: uma revolução racial. Os negros deviam “tomar posse e controle” do país, logicamente em “fraterna igualdade e comunhão com os poucos [sic] índios brasileiros que sobreviveram a idêntico massacre e espoliação racista [...]” [NASCIMENTO, 1980: 23.] Quanto aos socialistas e marxistas, teriam “compartilhado, ativamente ou por omissão, no processo de liquidação da raça negra [sic] [...]” [NASCIMENTO, 1980: 169.] Liquidação em um sentido físico. E por aí vai.

Na ocasião, lembrei em minha resenha que o proposto pregava a desunião e confronto entre os oprimidos e negava a luta contra o capital. Propostas pelas quais os donos da riqueza e poder agradeciam comovidos. Anos mais tarde, Sueli Carneiro, liderança racialista, proporia que a esquerda e a direita são a “cara e a coroa de uma mesma civilização”. [CARNEIRO, 2000: 24-9.] Folga dizer que a repressão militar e policial pró-capitalista jamais seguiu tal tese estrambólica no Brasil.

Lembrei que o proposto permitiria, no “máximo, a ascensão social individual de alguns intelectuais, políticos, [profissionais] e funcionários negros”, em boa parte premiados pela defesa da exploração capitalista. Apontei para o enorme fracasso daquelas políticas nos USA, o que segue atualmente, em relação à grande população negra explorada. Na resenha, como vivíamos ainda sob a ditadura, propus, sem nominar, que era o imperialismo ianque que mandara Abdias do Nascimento pregar nos verdes campos da ex-Terra dos Papagaios.

Brizola, o pai branco

Em tempos de avanço do mundo do trabalho, a pregação estrambólica, anticlassista e pró-capitalista de Abdias do Nascimento teve acolhida marginal no movimento negro. Sem se dedicara organizar a guerra racial que defendia, ele se aninhou debaixo da asa de Leonel Brizola e do PDT, que investiam no “socialismo moreno” de Darcy Ribeiro [1922-1997]. Prá lá de ruim de voto, líder sem liderados, Abdias jamais foi além de suplente nas eleições em que se apresentou, assumindo como deputado federal e senador por decisão monocrática do caudilho sulino branquíssimo.

Em 1982, no Rio de Janeiro, lecionei no curso de graduação e pós-graduação em história da UFRJ, onde introduzi a disciplina “história da África negra pré-colonial” e dirigi dissertações sobre a escravidão colonial no Brasil e a Angola pré-

colonial. Em visita ao saudoso africanista José Maria Nunes Pereira (1937-2015), do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, ele me apontou o professor estadunidense que distribuía fichas de inscrições para bolsas de estudo sobre a escravidão nos EUA. Eu já vira o homem algumas vezes, sempre no CEAA.

O Zé Maria liquidou meu assanhamento. Não é pra ti – disse, rindo. Esquerdista ainda vá. Mas branco! Explicou que o agenciador – baixinho, mais mulato que negro, se não me trai a memória –, era pau-mandado da Fundação Ford, e que a ficha de inscrição exigia fotografia para barrar discretamente os brancos. Em tempos de luta pela democracia, tal discriminação era um escândalo. Mas como tudo se realizava e se resolvia a portas fechadas, e estávamos sob o tacão militar, onde o importante era não chamar a atenção, comentei apenas com alguns colegas e companheiros.

A queda do muro, o fim da história, o racismo negro

Nos anos que antecederam e sobretudo após a vitória da maré contrarrevolucionária liberal, em 1989-91, o mundo do trabalho, suas organizações, partidos, militantes, intelectuais entraram em refluxo e dissolução tendencial. Partidos operários social-democratas, entre eles, o PT e seus aliados, metamorfosearam-se em organizações sociais-liberais. Houve abandono maciço de intelectuais das posições marxistas. Alguns foram para casa, outros passaram para a trincheira dos vencedores.

Movimentos reivindicando-se do marxismo revolucionário celebraram o fim da URSS e abraçaram as ofensivas imperialistas que se seguiram contra o Afeganistão, as “Democracias Populares”, a Iugoslávia, a Sérvia, o Iraque, Cuba, a Venezuela, a Líbia, etc. Em geral alegaram apoiar a luta contra os ditadores daqueles países. Preferiram mastigar as macias batatas do mundo do capital do que as duras cascas do mundo do trabalho.

Sob a hegemonia mundial conservadora, dominaram as políticas racistas, divisionistas e integracionistas dirigidas aos segmentos superiores da comunidade negra. Elas foram impulsionadas pela administração de FHC, timidamente, e sem pruridos pela petista, a partir de 2002. [MAESTRI, 2018/01/13.] Organizações que se reivindicam do marxismo, como o PCB, PSTU, MRT etc. mergulhariam anos mais tarde de cabeça no identitarismo de raça, de gênero, etc. Questão que tratei no artigo “O identitarismo negro está comendo a esquerda por uma perna” [MAESTRI, 31/10/ 2020.]

Sem entrar na cova do leão

Nas últimas décadas, a crítica ao imperialismo e à sua ação foi esmorecendo a um tal ponto que se passou a questionar a pertinência da categoria. O imperialismo seria fenômeno atinente ao século XIX e XX. O demônio concluiu assim a sua maior esperteza: fazer crer que ele não existe. Em sentido contrário, tenho me pronunciado sobretudo quanto ao identitarismo negros, em palestras, em *lives*, em artigos e em livros. Tenho proposto que, como um todo, o programa geral do atual movimento negro do Brasil, hegemonizado pela classe média, chega já pronto dos Estados Unidos, produzido pelo imperialismo estadunidense, sequer conhecendo entre nós uma tradução mais refinada. Que toda uma nova intelectualidade e liderança negra pró-capitalista tem sido financiada, construída e legitimada, apoiada nas forças das instituições nacionais e internacionais que engendraram ou sustentam esse programa. Não poucas vezes fui definido como um marxista ortodoxo obcecado pelas “teorias da conspiração”.

Apoiei minha crítica na essência e nos resultados político-sociais das políticas identitárias, voltadas a dificultar a solidariedade de classe dos oprimidos e à consolidação da ordem capitalista. Jamais estudei, em forma detida, o processo de elaboração-planejamento-execução estadunidense dessas orientações, por encontrar-se além de meu campo de pesquisa profissional e político. As considerações que se seguem explicam essa minha digressão inicial com referências biográficas.

A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria

Em 2019, Wanderson Chaves, jovem historiador e pesquisador da USP, publicou o resultado de investigação de mais de dez anos, realizada durante seu doutorado e estágio de pós-doutorado: *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)*. Trata-se de singular ferramenta para a compreensão da hegemonia atual do identitarismo negro no Brasil, sem ser este o objetivo do autor. O trabalho, de leitura incontornável, foi publicado, sem fogos de artifício e banda de música, pela Apris, pequena editora do Paraná, em 2019.

Pablo Polese, em resenha de julho de 2020 sobre o livro, aponta uma das suas múltiplas qualidades. (POLESE, 2020.) “Em narrativa sempre amena, Wanderson Chaves historia o nascimento, em 1936, e a consolidação da Fundação Ford, articulada organicamente com o Departamento de Estado e com a CIA. E o faz, sem – aparentemente, diria – julgamentos de valor. E, no desenvolvimento de seu texto, refere-se a dezenas de universidades prestigiosas e insuspeitas e fundações filantrópicas estadunidenses que colaboraram, e certamente seguem colaborando em forma silenciosa com o imperialismo”.

Repetimos. Em *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)*, não há espaço para a retórica anti-imperialista. Praticamente não há referência ao demônio. O livro define como sua linha de construção a descrição detalhada da ação do tnhoso, sob as vestes da Fundação Ford, sobretudo a partir das próprias narrativas e justificativas da operação imperialista. E o faz apoiado em uma quantidade fluvial de documentação primária, composta por documentos, relatórios, pareceres, congressos etc. produzidos direta ou indiretamente pelo Departamento de Estado, pela CIA, pela Fundação Ford e outras organizações.

Lambaris na boca do tubarão

No presente texto, destaco e comento sobretudo os elementos que, em minha opinião, permitem compreender melhor o atual domínio do identitarismo negro no Brasil, no contexto do refluxo mundial do mundo do trabalho. Trata-se, portanto, de recorte utilitário e valorativo, de minha exclusiva responsabilidade, de análise multifacetada que foge como o diabo da cruz de qualquer valoração pertinente ou retórica, como proposto. O que aumenta fortemente o caráter performático da narrativa.

Ao concluir a leitura de *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)*, somos obrigados a aceitar que, não apenas no relativo à “questão negra”, fomos e somos, ainda mais nos dias correntes, lambaris nadando eternamente sem o saber na boca de tubarão. Ao lado da revelação da ação orgânica do imperialismo no Brasil e alhures, através da vestal e “politicamente desinteressada” Fundação Ford, Wanderson Chaves descreve a enorme seriedade e refinamento da produção das políticas contra-revolucionárias, anti-marxistas, anti-operárias e pró-capitalistas a serem aplicadas no Brasil e no mundo. Questão sobre a qual voltaremos.

O livro parte historiando o nascimento da Fundação Ford, em 1936, inicialmente para proteger o patrimônio familiar dos impostos sobre a renda e a sucessão. A forte resistência de Henry Ford a uma orientação também filantrópica foi vencida, em 1948, no reinado de seu filho, Henry Ford II, devido a uma nova legislação federal, que tinha como objetiva obrigar que as grandes fundações se tornassem parceiras governamentais “na modelagem da vida pública” [p. 35]. O autor registra que muitas das mais fortes fundações que nasceram no Pós-Guerra participaram ativamente da Guerra Fria [1950-1989.] Combateram o comunismo e a URSS, promovendo a “democracia”, a “paz” e o “bem-estar”, apresentadas como características intrínsecas da sociedade estadunidense. Tudo sob o império do grande capital ianque. Desde logo, houve consenso que a Fundação “Ford se voltasse a investir em programas temáticos interdisciplinares, especificamente na área abrangente das chamadas ciências sociais aplicadas” [p. 39]. A colaboração direta da Fundação com o Departamento de Estado e a CIA foram imediatas à nova orientação, a partir de 1950 [p. 47]

Escolhendo entre os melhores

O volume impressionante de capitais investidos permitiu manter, em forma ininterrupta, uma discussão sistemática e qualificada, através do confronto de visões e propostas, sobre a história, a sociedade, a cultura, a política, etc. das sociedades em que se pretendia agir. Para tal, selecionou-se um escol internacional de intelectuais e se lançou mão dos mais avançados recursos das ciências sociais – logicamente pró-capitalistas. Operação dirigida comumente por quadros que haviam se destacado na diplomacia e na direção do esforço de guerra e pertencido – ou pertenciam – aos segmentos superiores dos órgãos de informação ianques.

A Fundação Ford foi instrumento referencial na escolha, cooptação, formação, divulgação, legitimação dos quadros que pensaram e implementaram as políticas imperialistas, devido à sua pretensa isenção e autonomia em relação ao Departamento de Estado e à CIA, com os quais permaneceu sempre de mãos dadas, trocando beijinhos. Nada mais falso que a visão de intelectuais ianques rústicos, com uma cerveja na mão, obliterados pela ideologia, pontificando sobre o mundo. Nessa produção de políticas culturais, ideológicas, etc., imperaram sempre os princípios leninistas de que a teoria deve reger a prática e que o sucesso dessas políticas é o critério da verdade.

O segundo capítulo, sempre apoiado em vastíssima documentação original, historia o amadurecimento da consciência do Departamento de Estado e da CIA, em braços dados com a Fundação Ford e as múltiplas outras fundações filantrópicas, sobre o fracasso das políticas estatais dirigidas ao convencimento das populações internacionais das maravilhas estadunidenses. Campanhas impulsionadas através de programas radiofônicos, revistas, filmes, conferências e mesmo operações de altíssimo custo como a “Aliança para o Progresso”. Reconhecia-se que era difícil superar a má vontade geral com o imperialismo estadunidense. A correta autocritica permitiu abandonar essas investidas diretas improdutivas, através de “jornais, revistas, programas de rádio e publicações literárias” para a conquista dos corações das massas e das classes médias, através da intelectualidade [p.78, 97].

O novo foco: intelectuais, acadêmicos e políticos

Desde então, definiu-se como objetivo central da ação político-ideológica imperialista a conquista e a captação das elites, através da intelectualidade, em operações, digamos, indiretas. “A orientação era de foco no apoio e na formação de quadros culturais, acadêmicos e de governo no altos círculos” [p. 85]. Passou-se a investir em cientistas sociais, já consolidados, em formação ou em início de formação. Financiaram-se centros e grupos de estudos, para construírem um novo pensamento de esquerda, “não-comunista”, “socialista democrático”, impugnações e críticas “sofisticadas do marxismo”, neutralizando sua atração e ação revolucionária [p.19, 88]. Uma intervenção holística, com propostas políticas respaldadas sempre por estudos historiográficos, sociológicos, demográficos, literários, etc. aparentemente sem qualquer motivação político-ideológica.

Passou-se a financiar, através do mundo, com os imensos recursos disponíveis e resultados excelentes, toda uma geração de marxistas e pós-marxistas “críticos”, “não autoritários”, “culturais”, “libertários”, como Michel Foucault, Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, Edward Thompson, Slavoj Žižek, etc. Todos promovidos pela grande imprensa, publicados pelas grandes editoras, convidados a lecionar e a conferenciar em prestigiadas universidades. Eles comumente se tornaram o *point* de um pensamento de esquerda que rompia com os princípios angulares do marxismo: a determinação da consciência pela existência; a centralidade do trabalho no devir histórico; a imprescindibilidade de organizações políticas proletárias; a necessidade da destruição do Estado burguês pelo proletariado, a construção da ditadura da maioria explorada sobre a minoria exploradora, etc.

Por décadas foram lançados ou apoiados uma infinidade de intelectuais que avançaram propostas de revisão, ampliação, correção, superação do materialismo e do marxismo, sobretudo em um sentido cultural. A seguir, multiplicaram-se as críticas arrasadoras do marxismo, do socialismo, do racionalismo, por literalmente farsantes e falsificadores – Bernard-Henri Lévy, Stéphane Courtois, Nicolas Werth, Domenico Losurdo, etc. A partir dos anos 1980, os novos profetas do capital se sucederam, uns aos outros, como destaque para os cursos de universitários, deslocando os clássicos do marxismo, silenciando os trabalhos radicais sobre o passado e o presente, cancelando literalmente tudo que se movesse no mundo das

idéias e das representações.

Vimos que a Fundação Ford desempenhou um papel central na nova orientação devido principalmente à sua aparente neutralidade e independência da militância imperialista. Para não criar problemas para ela, a CIA aceitou que “não assediaria ou recrutaria bolsistas até o término de seus trabalhos, mas a Fundação manteria a Agência informada sobre as atividades de campo de pesquisa” [p.105]. Portanto, após as distribuições de bolsas; promoção de seminários e eventos, de congressos, de encontros, formação de *think tanks*, de programas de investigação, etc., sempre com destaque para as ciências sociais, a porta ficaria aberta para o agenciamento *soft* dos intelectuais pela CIA. Logicamente como informantes orgânicos em suas áreas, e não como terríveis agentes operacionais [p. 92]. “A CIA ficaria reservado o controle integral dos aspectos secretos da ofensiva entra elites e intelectuais, particularmente das funções de treinamento e da contratação de agentes locais” [p. 86.].

A questão racial: o departamento de Estado, a CIA e a Fundação Ford

No terceiro e quarto capítulos, Wanderson Chaves aborda quando e como a questão racial passou a ser determinante para o Departamento de Estado e para a CIA e o papel central desempenhado pela Fundação Ford. Sobretudo para o imperialismo inglês, sempre de braços com o ianque, a questão racial tornara-se problema fulcral desde que a luta anti-colonial avançara na Índia, na África, na Ásia. Quando da Guerra Fria [1950-1989], estadunidenses e ingleses discutiram cerradamente como enfrentar a descolonização, mantendo-a longe de influências revolucionárias e soviéticas e controlada pelo imperialismo e pela ordem capitalista.

Nos anos 1950, a questão negra era espinha cravada na narrativa imperialista sobre a sociedade estadunidense como paradigma mundial. O tratamento da população negra estadunidense era denunciado pelos comunistas que apontavam como verdadeiro exemplo o convívio fraternal dos díspares povos da URSS [p. 46.]. Nos anos 1970, o problema se agravou com o “Poder Negro” avançando as reivindicações econômicas e políticas das massas negras estadunidense, se necessário pela violência. Movimento que se fortaleceu, ao serem superadas as reivindicações por direitos civis, devido à legislação de meados dos anos 1960. De orientação marxista, os Panteras Negras exigiam em seu Programa de dez pontos: “Queremos casas decentes [...]” “Queremos terra, pão, moradia, educação, roupas, justiça e paz [...]” “Queremos desemprego zero [...]” E exigiam para todos os afro-estadunidenses, sem exceção [ABU-JAMAL, 2006]. Não para apenas os bolsistas amigos do rei.

Já em 1949, Harry Hodson (1906-1999), economista e quadro do Império Inglês, com destacado papel no esforço anti-socialista, assinalava os dois problemas mais graves “na política internacional” . A “luta entre o comunismo a democracia liberal” e as “relações raciais”. A solução do “problema racial”, para ele, impediria que o “comunismo” atraísse a “maioria dos descontentes” das “raças não européias”. Ele propunha que, para tal, devia-se centrar na defesa da tese de que a “questão racial” teria “predominância sobre outras problemáticas da vida social” , “dentre elas a das classes sociais”. (p.119)

Raça contra classe

Em fins dos anos 1960, Philip Mason (1906-1999), um outro destacado intelectual imperialista inglês, propunha que a “raça” representaria a “primeira e principal dimensão do antagonismo social”. [p. 129] Três anos mais tarde, ele verbalizava claramente como objetivo central dessa visão de mundo neutralizar o “chamamento à união de classes” [160]. Exigia o combate à tradicional conclamação que os “trabalhadores de todo o mundo” – e, logicamente, de todas as raças – se unissem na luta contra o capital. Para isso, ele propunha que “certas metas de trabalho intelectual deveriam amparar o esforço de conhecimento sobre o potencial de inclusão racial’ dos mercados: primeiro, a definição de classes e raças como agrupamentos distintos; segundo, a análise de que as classes teriam dimensão secundária em relação às raças, sua

dimensão de grupo seria posterior e menos ampla; e terceiro, a avaliação de que propostas para os problemas de classe não surtiriam efeito contra os problemas raciais”.

O objetivo dessa política era claro. Para Mason, ela permitiria “a inversão do chamamento à ‘união de classes’ [...]” [160.] Essa orientação tornaria-se referência essencial da intervenção do imperialismo quanto à questão negra, tornando-se o programa hegemônico no movimento negro brasileiro após a virada do milênio. Já em fins dos anos 1950, com a Revolução Cubana e a insurgência pela independência nacional africana, a “Fundação Ford promoveu um comitê acadêmico para “gerir a área de estudos africanos através de grupos de pesquisa nas universidades de Boston, Northwestern, Chicago, Berkeley, Stanford, Indiana, Columbia, Yale”, entre outras. A iniciativa teria alcançado os resultados almejados. A Fundação investiu igualmente na CEPAL [p. 104].

Essa elaboração jamais se tratou de propostas ideológicas rústicas do Departamento de Estado empurrada goelas a baixo a gregos e troianos, como vimos. Como habitual, empreendeu-se amplíssimo programa de investigação para classificar as diferentes tipologias e níveis da “questão racial”, sobretudo quanto a África, as Américas e os Estados Unidos. Prosseguiu-se a arregimentação sobretudo de cientistas sociais afinados com a democracia liberal e o capitalismo, para investigar a história, a cultura, a economia, a psicologia das regiões estudadas e propor classificações, tipologias, linhas de intervenção. Todos regamente financiados. No referente ao Brasil, entre os cientistas sociais convidados para tais discussões, encontravam-se Fernando Henrique Cardoso, Roger Bastide e, com destaque, Florestan Fernandes. Tema para um comentário posterior.

Estudar para agir

A “política racial” definida pelo Departamento de Estado, pela CIA, pela Fundação Ford e pelas organizações filantrópicas e estatais associadas manteve a orientação interior. Abandonar as classes populares e centrar a intervenção direta e indireta nos segmentos sociais superiores. Na África, em processo de independência, privilegiou-se as “novas elites” para divulgar a proposta de construção de instituições democrático-liberais. Porém, verbalizou-se que: “Ditaduras e sistemas de partido único seriam considerados alternas válidas”, logicamente “quando houvesse adesão ideológica ao capitalismo” e intenções democráticas [p.163].

Regiões das Américas possuíam importantes populações negras descendentes de trabalhadores africanos escravizados. Quanto aos Estados Unidos, durante o debate travado, chegou-se a aceitar que o “preconceito racial contra os negros” tivesse um “forte componente de classe”. Mas se reafirmou que a progressão comunitária não se encontraria em “políticas sociais” universais. Sob a pressão dos trabalhadores e da Revolução de 1917, sobretudo na Europa Ocidental, o Estado garantia os direitos fundamentais para toda a população, mesmo imigrada – escolas públicas básica, secundária e universitária; saúde; moradia, seguro desemprego etc. Nas últimas décadas, esses direitos seguem sendo confiscados. As concessões universais eram de alto custo econômico e contra os princípios do liberalismo estadunidense. Manteve-se a retórica de que os avanços sociais nasceriam de “políticas raciais” e não da concessão de direitos básicos para toda a população.

Wanderson Chaves descreve o percurso dessa discussão, difícil de ser apresentado mesmo telegraficamente. Durante as administrações J.F. Kennedy (1961-63) e L.B. Johnson (1963-69) legislação federal determinou a igualdade civil e jurídica no país. Vencida essa etapa, fortaleceram-se as propostas distributivas em importantes facções do movimento negro, como vimos. Em março de 1964, L. B. Johnson lançou programa de “Guerra contra a Pobreza”, com a população negra como principal alvo e o combate ao movimento negro radicalizado, com objetivo político-ideológico. Enquanto o Estado estabelecia alianças com as lideranças negras de classe média preocupada em melhorar suas posições, os Panteras Negras, expressão dos segmentos marginalizados e explorados afro-estadunidenses, eram objeto de terrível ataque geral, com literal campanha de aprisionamento e extermínio físico de militantes. Em apenas um ano, foram assassinados pela polícia quase trinta panteras negras. Centenas foram aprisionados e mantidos por décadas na prisão.

A doutrina Moynihan

O democrata Daniel P. Moynihan propôs programa de intervenção que levaria seu nome. A Doutrina Moynihan objetivava intervir na população negra urbana, conquistando suas direções conservadoras e desarmando as organizações radicais. Ela apontava como grande causas da pobreza da população negra, “desproporcionalmente presente nas grandes cidades”, a fragilidade da “família negra”, de alta expansão demográfica. O elevado grau de deserção paterna ensinaria que a família organizada em torno da mãe – matrifocalidade –, submersa na pobreza, dependia enormemente dos programas assistenciais. Realidade que teria suas raízes em fragilidade familiar herdada da escravidão.

Moynihan propunha apoiar a reestruturação da “família negra”, com ênfase na “habilitação masculina para as funções de provedor e de patriarca, consideradas frágeis no movimento negro” [p. 200]. A proposta jamais foi aplicada. Indignado com levante urbano do bairro negro de Watts, em 11-18 de agosto de 1965, Lyndon B. Johnson abandonou a sua guerra à pobreza e se afundou na guerra do Vietnã que herdara. [p.176.] E a Doutrina Moynihan foi torpedeada para sempre sob a acusação de “racismo e sexismo” [p. 209].

Na impugnação da tese de Moynihan, de intervenção direta, ainda que torta, na base da pobreza negra, intervieram estudos historiográficos. Eles defenderam a solidez, a autonomia, a moralidade burguesa da família escravizada. Estudos historiográficos definiam igualmente a escravidão estadunidense como espaço onde teria imperado mais o consenso do que a oposição, ao apresentar cenários sociais aceitáveis pelos cativos, que teriam imposto suas reivindicações aos escravistas. [GENOVESE, 1988] Descendentes de escravizadores e escravizados não teriam nada com que se envergonhar. Portanto, a pobreza atual da população estadunidense não teria raízes econômico-sociais-comportamentais originadas na escravidão.

No anos 1980, as teses ianques desembarcaram na historiografia brasileira. As propostas de relações consensuais foi apresentada na grande imprensa, pelo então poderoso *Jornal do Brasil*, por Eduardo Silva, em 18 de agosto de 1985 – “Entre Zumbi e Pai-João, o escravo que negocia”. [SILVA, 1985.] As maravilhas da escravidão no Brasil foi defendida em livro hilário da historiadora grego-francesa, Kátia Queiróz de Mattoso consagrada pela academia, sem dissidências – *Ser escravo no Brasil*. [MAESTRI, 2015.] Essas teses assumiram um status hegemônico na historiografia e na academia brasileira a partir dos anos 1990. [GORENDER, 2016] O historiador estadunidense Robert W. Slenes vanguardiou a introdução da boa nova da existência e da qualidade da família escrava no Brasil, em livro de título terno – *Na senzala, uma flor*. [SLENES, 1999] Essas propostas historiográficas revolucionárias foram apresentadas sobretudo como resultado da exploração de novas fontes.

Fomentando e criando o conflito racial controlado

As políticas raciais impulsionadas pelo Departamento de Estado nos USA e a seguir no Exterior objetivavam, como proposto, abortar qualquer impulsão da unificação dos trabalhadores e populares negros com os demais setores explorados da população. Para tal, difundiram-se as propostas “etno-centrista negras” e do “multiculturalismo” como paradigma de sociedade a ser alcançada. Deduzia-se da da tese imperialista da “raça”, como contradição social determinante e origem de todas as desigualdade, o caráter exclusivo e singular da cultura, da forma de pensar, da sensibilidade, da tradição, etc. das comunidades negras em relação às demais tradições “raciais-culturais”. Portanto esse valores e singularidades, que formariam o núcleo da “negritude” ou da “africanidade”, deviam ser preservados, cultuados e, se necessário, criados. Devia-se incentivar a “recuperação de essência e raízes africanas” [p. 190.]. Como se a África Negra fosse uma totalidade e não uma complexa multiplicidade de civilizações, culturas, línguas e segmentos sociais, comumente contraditórios. Tratava-se de verdadeira construção de tradição. Havia, assim, que combater a convivência interracial e a miscigenação, teses defendidas em 1980 por Abdias do Nascimento em forma desastrada, a seguir corrigida.

Combatia-se, assim, a proposta de sociedades nacionais formadas da confluência de múltiplas origens e sobretudo, a construção de identidade plurirracial a partir dos laços assentados no trabalho. O ideal de sociedade proposta para os USA era a nação “colcha de retalho”, em que a multiplicidade de descendentes de judeus, irlandeses, nórdicos, orientais, africanos, mexicanos, etc., cada macaco em seu galho, organizados em comunidades autônomas e mesmo autistas, negociassem entre si, através de seus diversos representantes. Não apenas no caso da comunidade negra, representantes

saídos das classes médias e superiores, propondo, todos, o fortalecimento do exclusivismo racial.

Concepção de sociedade que travaria qualquer mobilização horizontal classista, realidade que constitui um dos alicerces da dominação do capitalismo liberal estadunidense sobre o mundo do trabalho. Um corolário dessa visão de mundo era que todo o trabalhador branco é um privilegiado que vive da exploração do trabalhador negro. Nos EUA e alhures, a super-exploração do trabalhador negro e imigrado e seus isolamentos sindicais ajudaram sempre a depreciar o valor geral dos salários e dificultavam a organização política e social dos trabalhadores, como um todo. No Brasil, se, em relação ao número de negros na população, temos proporcionalmente uma maioria de trabalhadores negros explorados, em números absolutos, os trabalhadores brancos explorados são numericamente mais numerosos.

Nos EUA, a proposta de luta interracial, de etno-centrismo negro, de promoções e apoios pontuais sobretudo à classe média negra -descriminação positiva- desviou a mobilização por obtenção de concessões substanciais do capital e a discussão sobre a solução dos males sociais através do ataque ao monopólio da grande propriedade privada, alfa e ômega da reprodução da opressão social. Nos EUA, após, mais de meio século da aplicação dessas políticas, enquanto alguns poucos negros progrediam, a enorme massa afro-estadunidense seguiu vegetando na miséria, na ignorância, na desemprego, sendo desproporcionalmente representada na população carcerária do país. [MAESTRI, 2019]

O identitarismo negro chega ao Brasil

Desde janeiro de 1967, o identitarismo, o etno-centrismo e o radicalismo negro orientou a ação da Fundação Ford nos EUA e, a seguir, nas nações com fortes comunidades afro-descendentes, com destaque para o Brasil. Vimos que essa militância se deu através do financiamento da formação e da cooptação de cientistas sociais, de intelectuais e de lideranças, com a distribuição de bolsas de estudos; financiamento de pesquisa, de congressos, de publicação de livros, etc., sempre em estreito contato com o Departamento de Estado e a CIA.

O Brasil motivou um acirrado debate, devido à indiscutível importância para a política imperialista contra-revolucionária e suas especificidades quanto ao racismo estadunidense. O Brasil conhecia e conhece miscigenação muito mais difundida que nos EUA, recaindo a discriminação racial sobretudo sobre a comunidade de forte grau de afro-ascendência. Em regiões do Brasil, mulatos e pardos, sobretudo das classes médias superiores, são vistos, tidos e agem como brancos, enquanto nos EUA seriam definidos e tratados como negros.

No Brasil, inexistem bairros étnicos ou segregados, sobretudo nas grandes cidades. Outra especificidade brasileira é que o grau de percepção da ascendência africana de um indivíduo é inversamente proporcional a seu status social. O pardo e mulato rico e de sucesso são percebidos como branco. Ao contrário dos EUA, a discriminação racial tende a diminuir à medida que baixamos na pirâmide social.

E, sobretudo, milhões de brancos, pardos, negros, etc. sobrevivem no Brasil irmanados na exploração e na miséria. Do que resulta que vivam nos bairros populares das grandes cidades brasileiras -assim como nas prisões! - interagindo sem graves conflitos gerais. Tudo isso não impede que o racismo seja preconceito cultural universal no Brasil, superado talvez apenas pela homofobia masculina. Através de sua história, o Brasil conheceu diversos distúrbios urbanos de monta, de caracteres populares mas não raciais.

Made USA for Brazil

Com a retração do mundo do trabalho, a forte americanização do movimento negro brasileiro deu-se segundo o receituário identitário ianque, com um planejamento meticuloso no qual a Fundação Ford teve um papel como sempre basilar. A proposta transplantada dos EUA seguia sendo dividir o movimento social; isolar as lutas classistas; consolidar a sociedade capitalista e a exploração, pondo na vitrine algumas caras negras. Revelação singular de *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)* é o papel referencial nessa aclimação da política ianque ao Brasil desempenhado por Florestan Fernandes, em pessoa e por seus escritos, com destaque para seu livro de título autoexplicativo, *A integração do*

negro na sociedade de classe, de 1964. [FERNANDES, 1978.]

Nessa sua tese acadêmica, de 1964, Florestan Fernandes não propunha a progressão social da população negra explorada em associação com os demais segmentos do mundo do trabalho, na busca estratégica de uma superação social. Folga lembrar que vivíamos na época sob a declaração, em 1961, da Revolução Cubana como socialista. Ao contrário, propunha a organização independente da comunidade negra para negociar e exigir sua integração na ordem capitalista, “ordem competitiva”, segundo suas palavras, modernizando-a e consolidando-a. Compreende-se por que ele foi o principal interlocutor brasileiro do imperialismo sobre a questão negra no Brasil. *A integração do negro na sociedade de classes* conheceu uma publicação cuidadosa e não integral em inglês, que privilegiou as propostas do autor “sobre as reformas econômicas, políticas raciais e organização do Movimento Negro para o combate às ‘desigualdades raciais’.” Não teria sido uma tradução fácil, devido, entre outras questões, ao uso errático das categorias “negro”, “preto”, “escravo” [p.247].

Florestan Fernandes analisou o Brasil pré-1888 a partir das categorias weberianas de “casta” e “estamento”. Naqueles séculos, segundo ele, dominariam os fenômenos extra-econômicos – ideológicos, psicológicos, comportamentais, etc. – sobre os econômicos. [MAESTRI, 1997.] Florestan Fernandes tinha como paradigma uma sociedade capitalista democrática avançada, no estilo europeu, realidade que certamente superestimava. Ele voltaria-se à política socialista, sobretudo após seu afastamento da USP, pela ditadura militar, nos anos 1970, empreendendo então movimento de inconcluso de aproximação ao método marxista.

José de Souza Martins lembrava que Florestan, nos seus últimos anos, preocupava-se que seus leitores “não vissem” sua “obra fraturada em dois momentos inconciliáveis: o do sociólogo e o do socialista”. Temia sobretudo ser classificado de “ecclético”. [MARTINS, 4/8/1995.]. Em verdade, desde os momentos iniciais de sua carreira universitária, Florestan Fernandes assumira como principais opções metodológicas o “funcionalismo positivista de Durkheim” e a “metodologia dos tipos ideais de Max Weber”, sem verdadeiramente jamais romper com esses marcos epistemológicos. [GORENDER: 1995, 30.] Na sua leitura da história do Brasil, o trabalhador escravizado fora sempre um objeto e jamais um sujeito histórico. [MAESTRI, 1997.]

A guerra racial

Também no Brasil se adestrou e se promoveu direções que avançassem programa identitário, etno-cêntrico e racista dirigido exclusivamente às classes médias – o que vi, em 1982, no Rio de Janeiro, e o desembarque de Abdias do Nascimento foram momentos iniciais dessa operação. Como não havia e não há blocos raciais urbanos isolados no Brasil, pensou-se sua formação, inicialmente, através da propaganda da “guerra racial” e do combate à miscigenação, de Abdias do Nascimento. Propostas abandonadas, por impossibilidade de qualquer implementação, em favor da apologia do etnocentrismo e autismo negros culturais, políticos e societários, como assinalado.

A contradição posta por comunidade negra, mulata e parda, com desiguais níveis quantitativos e qualitativos de discriminação, foi solucionada com a adoção da macabra qualificação de que seriam negros todos os que não fossem totalmente brancos. Nos USA, a regra racista classifica como negro quem tinha “uma gota de sangue” negro, “*One-drop rule*”. Por séculos, discriminação praticada igualmente na Península Ibérica contra judeus, muçulmanos e negros. Algo materializado esteticamente no filme *Marighella*, onde se cancelou simplesmente a paternidade italiana do revolucionário baiano, transformando-o apenas em filho de sua mãe [MAESTRI, 06.07.2021], Essa operação racista em favor do acirramento das contradições raciais no Brasil foi aplaudida feericamente pela imensa maioria da militância, da intelectualidade, das organizações que se propõe de esquerda. E depois se reclamava do terraplanismo do Olavo de Carvalho!

Entre tantas outras operações, a defesa do identitarismo, do etnocentrismo e de autismo negro ensejou a exigência de disciplina isolada e obrigatória no ensino básico sobre a “cultura e história afro-brasileira”, em geral ministrada por professores não preparados, preferencialmente negros. O resultado tem sido o domínio de apresentações folclorizadas de músicas, danças, culinárias como tidas como parte de cultura exclusivamente de origem afro-brasileira e africanas.

O identitarismo fortalece o racismo

Em vez desse *pot-pourri* exclusivista de tradições negro-africanas folclorizadas, impunha-se a apresentação, integrada à história do Brasil, das raízes afro-escravistas como a coluna vertebral da civilização brasileira, própria a todos os nacionais. Além reduzir o passado escravista, alicerce da nação e da cultura brasileira, a um *mescuglio* de informações mal digeridas ou literalmente inventadas, que se apresenta como pertencentes apenas a brasileiros com alguma afro-ascendência, reduz-se o cativo a mero ancestral biológico do afro-brasileiro. Nega-se, assim, seu status objetivo de ancestral sociológico de todo brasileiro que se encontre subjetiva ou objetivamente no campo do trabalho, independente de sua origem étnica.

A proposta etnicista do ensino isolado da “cultura e da história afro-brasileira” abre lugar para que as diversas outras etnias nacionais (portugueses, alemães, italianos, judeus, poloneses, asiáticos, muçulmanos etc.) exijam igualmente o ensino de suas “culturas”, em disciplinas isoladas, reforçando as falsas exclusividades étnicas, culturais, religiosas etc., em um movimento de fortalecimento do “exclusivismo racial” e diluição dos laços nacionais apoiados no trabalho.

O identitarismo promovido pelo imperialismo persegue o objetivo de dissolução do princípio e do sentimento de sociedade, de cultura e de identidade nacional, na sua diversidade, alicerçada no trabalho, instância unificadora essencial da existência humana. Ou seja, corrói-se, com essa proposta aparentemente democrática, as raízes objetivas da nacionalidade, como produto do mundo do trabalho. Essas políticas foram igualmente apoiadas e aplaudidas pelo petismo, já em seu viés social-liberal, e por uma enorme militância de esquerda que, com pouca ou nula formação política marxista, já se encontra fortemente influenciada pela cultura e ideologia burguesa [MAESTRI, 2018/01/13].

A teologia identitária negra da prosperidade

A luta que uniam a juventude pobre e trabalhadora brasileira, como universidade pública, de qualidade e gratuita para todos, foi abandonada pela reivindicação da reserva para negros de vagas já alocadas nas Universidades públicas, em regressão incessante diante das privadas. Vagas que não custam nada para o Estado. O que garante igualmente a promoção de algumas caras negras na vitrine do sucesso. Trata-se de produzir os Colin Power, as Oprah Winfrey, as Condoleezza Rice tupiniquins que comprovem a possibilidade, mesmo estatisticamente desprezível, de progressão social no capitalismo através das políticas raciais. Enquanto a grande população negra brasileira segue explorada e marginalizada.

Nesse processo, na historiografia, abandonou-se o cativo que trabalhava e resistia como referência paradigmática, avançando-se estudos que apoiassem a nova teologia identitária negra da prosperidade. A memória das lideranças negras dos trabalhadores escravizados e livres do passado é literalmente obliterada em prol do “estudo de vidas” de alguns escravistas, comerciantes, industrialistas, políticos, médicos, advogados afro-descendentes que enriqueceram.

Esses negros isolados do passado são as referências do empreendedorismo negro, reprodução em negativo do empreendedorismo branco, retórica liberal cínica de que trabalhadores independentes super-explorados devem se considerar “empresários” em construção e podem se elevar, pelo esforço e imaginação, a situação de grandes capitalistas. Não se trata mais de assaltar a mesa e exigir pratos e talheres para todos, mas de conquistar alguns poucos lugares no ajantarado dos privilegiados. Transformando-se, é claro, de explorados em exploradores.

O antirracismo como política do grande capital

Passa totalmente despercebido para a maioria dos que se reivindicam de esquerda e marxista a invasão radical da retórica racial das classes dominantes dos dias atuais em relação aos anos 1930. Naquele então, com destaque para os tempos da Ditadura Militar, propunha-se que não havia racismo e discriminação social no Brasil. Defendia-se como política oficial a “democracia racial” brasileira. O objetivo era impedir qualquer movimento de luta antirracista em aliança com as lutas populares, sobretudo sob a direção de comunistas, socialistas e marxistas.

Hoje, ao contrário, as grandes instituições e porta-vozes das classes dominantes e do imperialismo martelam

incessantemente a população brasileira sobre a existência de um alto nível de racismo no país, iluminando em forma deformada casos de agressões racistas, sem jamais se referirem às reações populares antirracistas que comumente causam. E, como vimos, defendem que seria o racismo e não a sociedade capitalista a responsável pela pobreza da população com alguma afro-ascendência. Realidade a ser resolvido no contexto da organização isolada, etno-centrista e autista negra, dirigidas por lideranças identitárias de classe média, com medidas compensatórias pontuais que permitam a promoção de alguns negros, sem distribuição real da riqueza, desde agora, através de saúde, educação, segurança, trabalho, etc. para todos os explorados e humilhados.

Tudo em prol da atomização das lutas sociais no Brasil. A denúncia racista do racismo tem conhecido o apoio irrestrito dos órgãos internacionais do imperialismo, como o BID, USAID, FMI, UNESCO, etc.; das grandes multinacionais sobretudo ianques que comumente financiaram a produção dessas políticas, como a IBM, a APPLE, P&G, Nestlé, a Coca-Cola, Pepsi-Cola, Basf, Bayer, etc.; de grandes empresas capitalista brasileiras. Os grandes porta-vozes do imperialismo e do grande capital nacional, como a *Rede Globo*, os jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* divulgam ininterruptamente as principais estrelas atuais do identitarismo, noticiam estatísticas manipuladas, martelam sobre o caráter “estrutural” do racismo, etc. Campanha que não encontra praticamente oposição, em situação de enorme depressão do mundo do trabalho, nacional e internacional, como vimos.

Wanderson Chaves interrompe *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria*, em 1970. Sua intenção é de avançar sua magnífica investigação até os dias de hoje. Se o fizer, entrará ainda mais profundamente na cova do lobo, assinalando a promiscuidade com o imperialismo de instituições, partidos e indivíduos em geral insuspeitos do exterior e do Brasil. Mas, para tal, necessitaria dos financiamentos pertinentes. E, não creio que a Fundação Ford ou semelhantes, internacionais e nacionais, deem um passo adiante!

***Mário Maestri** é historiador. Autor, entre outros livros, de *Filhos de Cã*, filhos do cão. O trabalhador escravizado na historiografia brasileira (FCM Editora).

Referência

Wanderson Chaves. *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)*. Curitiba, Apris, 2019, 296 págs.

Bibliografia

ABU-JAMAL, Mumia. *Pantera Negra*: El Partido. Trad. Luis Alberto Chirino Gámez. Cuba: José Martí, 2006.

CARNEIRO, Sueli. “Uma guerreira contra o racismo”. *CAROS AMIGOS*, fevereiro de 2000, pp. 24-9.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. [1964] 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, 2v.

FOGEL, Robert William & ENGERMAN, Stanley L. *Time on the cross*. The economies of american negro slavery. Boston: Little, Brown and Company, 1974.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. [1974] Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GORENDER, Jacob. “Conhecimento social e militância política em Florestan Fernandes”. *PRAXIS*, Belo Horizonte, Minas Gerais, 1995, n. 5, pp. 27-32.

GORENDER, Jacob. *Escravidão habilitada*. [1990]. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MAESTRI, Mário. “Florestan Fernandes: o olhar de um socialista revolucionário sobre a revolução burguesa no Brasil”; *Idéias*, UNICAMP, Campinas, 4(1/2): 81-98, jan./dez., 1997. p. 81-98.

MAESTRI, Mário. O marxismo e a questão racial: as cotas. Blog da Revista Espaço Acadêmico. https://espacoacademico.wordpress.com/2018/01/13/o-marxismo-e-a-questao-racial-as-cotas/#_ftnref3

MAESTRI, Mário. Como era Gostoso ser Escravo no Brasil: A Apologia da Servidão Voluntária de Kátia de Queirós Mattoso. *Revista Crítica Histórica*, 6 (12), 2015. <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2989>

MAESTRI, Mário. *Abdias do Nascimento: Quilombola ou Capitão-do-Mato?*

Ensaaios de interpretação marxista sobre a política racialista para o Brasil. Porto Alegre: FCM Editora, 2018.

MAESTRI, Mário. *Revolução e contra-revolução no Brasil*. (1500-2019). 2 ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2019.

MAESTRI, Mário. "O Identitarismo negro está comendo a esquerda por uma perna". Contrapoder, São Paulo, 31 de outubro de 2020. <https://contrapoder.net/colunas/o-identitarismo-negro-esta-comendo-a-esquerda-por-uma-perna/>

MAESTRI, Mário. Pintaram Marighella de preto. Contrapoder, São Paulo, 06.07.2021, <https://maestri1789.wixsite.com/mariomaestri/post/pintaram-marighella-de-preto>

MAESTRI, Mário. *Filhos de Cã, filhos do cão. O trabalhador escravizado na historiografia brasileira*. Porto Alegre, FCM Editora, 2022.

MARTINS, José de Souza. "Retratos de Florestan" Jornal de Resenhas. *Folha de S. Paulo*, 4 de setembro de 1995. pp. 10-1.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. [França, 1979.] Pref. C. F. C

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.

POLESE, Pablo. *A Fundação Ford e a questão negra*. A Fundação Ford conseguiu delinear os contornos do debate sobre a questão racial, o que não é pouca coisa. Passa Palavra, 11/07/2020.

2020.)

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

**O site A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

[Clique aqui e veja como](#)